

Apresentação Editorial

No estudo das Relações Internacionais, o tema da violência é um dos seus principais objetos de investigação desde a cristalização da disciplina. Tradicionalmente enquadrada enquanto uma variável do fenômeno da guerra, o conceito de violência tem sido questionado por vertentes mais críticas que visam visibilizar novas compreensões da violência via o alargamento de objetos tradicionais de referência. Nesse sentido, trabalhos provenientes de Estudos de Paz, Feminismo, Pós-Estruturalismo, (para citar apenas alguns) foram relevantes para o redimensionamento do conceito na disciplina, possibilitando, então, novos objetos de estudo e análise no campo.

Ao propormos a presente chamada, visamos estimular trabalhos que se engajassem com o tema para além de um objeto epistemológico; isto é, trabalhos que engajassem com discussões que pusessem em questão a violência enquanto elemento constitutivo da própria disciplina. Afinal, o enquadramento tradicional do conceito pouco avançou na compreensão dos desafios políticos e intelectuais que se apresentam na modernidade tardia. Vislumbramos, então, a complexidade da ausência de guerra tradicional nas Relações Internacionais em conjunto com o surgimento de novas formas e desafios no emprego da violência.

Nesta presente edição, apresentamos o artigo dos autores *João Paulo Alves* e *Guilherme Adams Sales* que priorizam a questão da formação da identidade para problematizar o surgimento do grupo terrorista Estado Islâmico a partir da relação identitária com outros atores no sistema internacional. A partir de um debate sobre terrorismo na disciplina, os autores consideram a construção social como uma variável relevante para compreender o discutido fenômeno, mobilizando nomes tradicionais como Henry Kissinger e Kenneth Waltz.

Ainda nesta edição, em conformidade com uma proposta de alargamento da leitura tradicional do conceito de Segurança Internacional, *Julia Nogueira* apresenta um caso emblemático: o Conflito Israel vs. Palestina. Desde a fundação do Estado de Israel, a região criou uma dinâmica de identidade pautada na segurança via a dicotomia “eu” e o “outro”. Dado a sensibilidade do conflito, a autora reflete sobre as condições de possibilidade para o uso da violência na região, por meio de controle da população palestina, vinculado à um discurso de identidade nacional. Portanto, a violência pouco pode dizer enquanto um fenômeno apenas material, pois a forma como subjetividades constroem relações entre si informa uma compreensão mais crítica do conflito paradigmático.

Propondo uma discussão alargada dentro do campo, especificamente no que tange conflitos e processos de pacificação, o artigo do *Nycolas Candido da Silva Lan* avança na definição do conceito “colonialidade da paz” para problematizar a resolução de conflitos na contemporaneidade. O autor, então, prioriza como a educação auxilia na elucidação de fatores estruturais que dificultam os processos de pacificação em um contexto de “novas guerras”. Autores como Achille Mbembe e Aníbal Quijano são autoridades absolutas no norteamento da sua crítica à uma resolução de conflitos eurocêntrica.

Ainda em uma linha De-Colonial, *Rachel Pires do Rego* nos introduz à uma discussão relevante que rearticula o lugar da natureza no binarismo humanidade-natureza.

Com isso, a autora reflete sobre as condições de possibilidade da violência na sua dimensão antropocêntrica. Em outras palavras, essa desestabilização conceitual se torna fundamental para alargar concepções de sujeito dentro da literatura tradicional e revelar discursos coloniais na compreensão da disciplina e, conseqüentemente, a compreensão da violência na modernidade e produção de conhecimento.

Nessa mesma linha de uma crítica mais ampla do conceito de violência, porém, dentro do campo maior das Humanidades, o artigo da *Amanda Resende* evidencia a questão de gênero como matriz teórica fundamental para refletir representações de feminilidade e, como consequência, hierarquias de discursos visíveis. Para tanto, a autora discorre sobre a Lei Maria da Penha, porém engajando a jurisprudência em uma crítica pós-estruturalista e Decolonial a fim de revelar relações raciais de gênero, e como a violência opera na produção de subjetividades e dinâmicas sociais.

Além disso, um dos artigos que apresentamos neste editorial dentro do processo contínuo da revista é da *Desirée Soares* sobre o polêmico julgamento de Adolf Eichmann em Jerusalém. A autora analisa o processo de julgamento do ex-oficial nazista e seu impacto na mídia que o noticiou. O artigo também nos convida a refletir sobre as consequências da violência de Estado e o princípio máximo de “violações de crime contra a humanidade” tragos pelos Julgamentos de Nuremberg após a II Guerra Mundial, e reforçados no então julgamento como espaço de fala de sobreviventes e familiares afetados.

Por fim, o intuito desta presente edição temática foi o de colocar em pauta outras compreensões do conceito de violência a partir da produção de alunos de graduação ou recém-formados. Acreditamos que o estímulo de leituras mais alternativas ao conceito se apresenta enquanto uma oportunidade de reflexividade em relação à produção histórica dentro de Relações Internacionais, e no campo geral das Humanidades, além de propiciar condições de possibilidade para revelação de novos sujeitos, vozes e visibilidades.

Ótima leitura!

Equipe Editorial da Revista Cadernos

Abril de 2019